



SUMÁRIO EXECUTIVO DO

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO III PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE – CIDADANIA E GÉNERO

**Virgínia Ferreira (Coord.)
Maria João Silveirinha
Sílvia Portugal
Cristina Vieira
Rosa Monteiro
Madalena Duarte
Mónica Lopes**

APEUFEUC
ASSOCIAÇÃO PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Setembro 2010

Ficha Técnica

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO III PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE – CIDADANIA E GÉNERO (2007-2010)	
	Sumário Executivo
Coordenação:	Virgínia Ferreira
Equipa Técnica:	Maria João Silveirinha, Sílvia Portugal, Cristina Vieira, Rosa Monteiro, Madalena Duarte, Mónica Lopes
Setembro 2010	APEU-Associação Para a Extensão Universitária Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra Av. Dias da Silva, 165 3004-512 Coimbra Tel.: 239 790 568 Telm.: 961 400 523 Fax.: 239 790 514 email: apecu@fe.uc.pt http://apecu.fe.uc.pt/

SUMÁRIO EXECUTIVO

O *Estudo de Avaliação do III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género (2007-2010) (III PNI)*, realizado no quadro da Associação para a Extensão Universitária (APEU), Associação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e a ser apresentado à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), teve como objectivo analisar a execução e os resultados alcançados pelo designado III PNI.

Apesar deste ser um estudo de avaliação sobretudo de tipo sumativo, considerando que o contrato de avaliação externa foi celebrado quando já se havia entrado no último ano de vigência do Plano, pareceu-nos indispensável assegurar a articulação entre este exercício e os resultados produzidos pelas dinâmicas de acompanhamento *on going* em curso desde o início da implementação do Plano, de forma a fazer de todos estes exercícios um conjunto coerente, que se completa e articula.

A avaliação desenvolvida teve como objectivo construir um sistema de informação que respondesse aos indicadores de processo e de resultados definidos no próprio PNI. A prossecução deste objectivo foi, no entanto, limitada pela disponibilidade dos dados, uma vez que a sustentação dos indicadores foi fortemente condicionada pela informação existente. A informação fornecida, nomeadamente em relatórios anuais e outros documentos elaborados pelas entidades e actores envolvidos na execução do Plano, além de incompleta, foi de difícil acesso. O sistema de indicadores que fazia parte do próprio Plano não foi implementado nomeadamente nas acções de registo das actividades relacionadas com o Plano, ao contrário do que era a nossa expectativa, uma vez que o III Plano oferecia como ponto forte a

operacionalização *ab initio* das medidas em indicadores de progresso e de resultados, o que acontecia pela primeira vez em planos nacionais. Muito embora aquela operacionalização nos merecesse reservas no caso de bastantes medidas, partimos do pressuposto de que a informação estaria facilmente acessível e permanentemente actualizada. Tal não aconteceu, porém, e percebemos as dificuldades que iríamos ter que superar quando verificámos que, dos relatórios de progresso que periodicamente deveriam ser submetidos à Assembleia da República, existia apenas o respeitante ao primeiro ano de vigência do PNI, um documento de 13 páginas, abrangendo as actividades de metade do ano de 2007 e metade de 2008. Como se compreende, não foi possível superar completamente esse défice através da reconstituição retrospectiva das realizações levadas a cabo. As dificuldades criadas pela ausência de registo contínuo e sistemático das acções desenvolvidas são dificilmente superáveis mesmo quando a actividade é diminuta; tornam-se insuperáveis em situações de maior intensidade da actividade como foi o caso dos três anos de vigência do III PNI. O défice de informação dificilmente pode ser superado, através da reconstituição retrospectiva da execução de medidas e do sistema de informação construído pela equipa de avaliação.

Estratégia Metodológica

Face à complexidade e amplitude do Plano e as dificuldades identificadas configurou-se uma metodologia de avaliação ecléctica e plural que combinou estratégias, métodos e indicadores de natureza diversa adaptados às várias vertentes e dimensões a avaliar. Na linha da chamada “Avaliação de quarta geração” ou avaliação participativa, a filosofia de base deste modelo centra-se nos actores do Plano (quer os que têm/tiveram responsabilidades na sua execução, quer aqueles a quem as actividades se dirigiram). Constituindo-os como fonte privilegiada de informação directa, procurou-se reforçar a componente reflexiva destes como sujeitos participantes e não meros objectos (fornecedores de informação) do processo avaliativo. Considerou-se que só um processo avaliativo participado e produzido a partir do contributo de toda a diversidade de *stakeholders* potenciará uma avaliação retrospectiva e prospectiva, que reunisse informação capaz de verificar o progresso

dos objectivos estabelecidos, analisar a qualidade da intervenção e possibilitar a introdução de melhorias e recomendações no desenho de um novo Plano.

Este dispositivo de avaliação pretende responder a questões relativas à concepção, às formas de tomada de decisão, ao sistema de relações interinstitucionais construído, à execução e aos efeitos; estruturando-se desta forma um exercício de avaliação com uma incidência global e sistémica de análise e avaliação do Plano nas suas várias dimensões, que não se restringe apenas aos resultados finais de toda a acção mas igualmente ao processo de preparação, implementação e gestão.

Definimos como critérios de avaliação que operacionalizámos de forma transversal, em adequação às várias vertentes em observação, a adequação e coerência, a eficiência no processo de implementação e dos mecanismos de execução e gestão do plano, a efectividade e a sustentabilidade das acções realizadas.

O modelo de avaliação assentou num duplo sistema de informação – primária (construída propositadamente para o estudo) e secundária (construída com outras finalidades). Apresentamos, de seguida, algumas notas metodológicas relativas à construção e análise destas duas bases de dados.

A informação secundária resultou da consulta de várias fontes documentais, entre as quais se destacam os seguintes elementos:

- Relatórios de Actividades da CIG de 2008 e 2009;
- Relatório de Execução do 1.º ano do III PNI, que incidiu sobre metade do ano de 2007 e metade do de 2008 (CIG, sem data);
- Relatório “Contributos para a avaliação externa do III PNI” (CIG, sem data);
- Relatório de progresso relativo à execução do III Plano Nacional para Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010). Ano 2009 (CIG, sem data);
- Agenda para a Igualdade 05/09, da CIG;
- Relatório CITE 2006-2008;
- Relatório de Auto-Avaliação 2009 da CITE;

Além destes relatórios dos dois mecanismos oficiais para a igualdade, variada documentação foi também consultada, nomeadamente a disponibilizada em vários **websites** (CIG; CITE; Portal para a Igualdade; Portal do Governo; Ministérios; Sistema Integrado de Informação e Conhecimento; ONGs). Para além da consulta de **legislação** e de **estatísticas nacionais**, tivemos ainda acesso a **memorandos das reuniões dos**

Grupos de Trabalho para a Implementação do III PNI e à base de dados dos projectos **POPH, na área da igualdade de género** aprovados no 1.º e 2.º concursos, disponibilizados pela CIG.

O processo incluiu também a **consulta directa às entidades responsáveis pelas medidas integradas no Plano**, incluindo todos os Ministérios e outros Institutos Públicos, bem assim como à CITE e à CIG, entidade incumbida da coordenação global do processo de execução (em articulação com a respectiva tutela exercida pela Presidência do Conselho de Ministros). Este processo de consulta assentou, fundamentalmente, na solicitação àquelas entidades para preencherem o quadro de indicadores que constitui a Parte III do Plano – numa primeira fase de levantamento preliminar de informação, a solicitação foi feita directamente pela equipa de avaliação às entidades e, numa segunda fase já de recolha final de informação, foi a CIG que as contactou.

A base de dados primários deste Estudo estrutura-se em torno de quatro técnicas fundamentais de recolha de informação: a) entrevistas individuais a pessoas dos grupos-alvo específicos; b) entrevistas focalizadas de grupo a painéis de informantes privilegiados; c) inquérito disponibilizado electronicamente a entidades promotoras de projectos com financiamento no âmbito do POPH; d) sondagem via telefone à população em idade activa. A distribuição mais detalhada pode ser consultada no Anexo I a este Sumário Executivo e em maior detalhe no volume dos Anexos ao relatório final. No Anexo II apresentamos a estrutura dos volumes que compõem o Relatório Final.

Análise ex ante

O Plano enfatiza a necessidade de integrar a “perspectiva de género” nos vários níveis e áreas do sistema de governação, sob pena de não ser conseguida “uma boa governação”. Em simultâneo, de forma a capacitar os actores intervenientes, tanto ao nível da Administração Central como Local, e como garante da sustentabilidade da estratégia de *mainstreaming* de género, são apontados como meios indispensáveis a coordenação de instrumentos, o aprofundamento de parcerias e a criação de incentivos. Na curta introdução à área 1, que concentra as principais medidas para a

transversalização da “perspectiva de género” nas políticas públicas, estes três tipos de instrumentos ganham uma centralidade enganadora, uma vez que em todo o Plano há apenas referência à função de coordenação da CIG, em geral, e raras referências ao estabelecimento de parcerias. Mais concretamente, apenas são nomeadas na promoção do empreendedorismo feminino e na exploração de novas regras gramaticais para a língua Portuguesa. Quanto aos incentivos, mencionados em sete medidas, ao longo de todo o Plano, nada nos é dito sobre o modo como serão concretizados e em que consistirão. A natureza abstracta e vaga da formulação usada indica-nos, claramente, que não se trata de recompensar a adopção de boas práticas, mas apenas de as recomendar, pelo que a sua eficácia é reduzida.

A análise das medidas incluídas na Área 1 revela-nos, no entanto, um **elevado grau de adequabilidade**, em termos teóricos, decorrentes do diagnóstico das fragilidades do modelo de governação vigente no nosso país. Com efeito, adoptando-se como objectivo global desta área o aprofundamento da estratégia de *mainstreaming* da igualdade de género, faz todo o sentido que as medidas sejam voltadas para a Administração Pública, em geral, nuns casos, e para alguns organismos estatais, em particular, noutros. Em termos globais, podemos classificar o Plano, no que diz respeito à Área 1, como possuindo um **elevado grau de coerência**, muito embora, como mostra a análise medida a medida, haja casos em que tal não se verifica.

Os objectivos desta área também estão coerentemente interligados: no primeiro, trata-se de concretizar um projecto, que já vem de outros planos mas que entretanto foi ganhando maior alcance em âmbito e objectivos, de criar um “observatório de género”. Trata-se de um instrumento indispensável aos bons diagnósticos e à boa governação. Os restantes objectivos são coerentes com a estratégia de *mainstreaming* de género: garantir condições para uma integração sustentada da dimensão da igualdade de género em todos os domínios e fases da decisão política, com incidência na Administração Central e Local, em geral, e especificamente na administração da justiça. Complementarmente, acrescenta-se o objectivo de promover a formação em “Igualdade de Género” de todos os agentes do

Estado. No que diz respeito aos protagonistas das medidas a implementar, podemos dizer que se regista alguma inovação, mas débil.

As medidas propostas diferem segundo a sua natureza:

- **de gestão interna**, que inclui todas as medidas destinadas à integração da perspectiva de género nas estruturas organizacionais e nas rotinas de trabalho e cujos destinatários são a própria administração pública (constituição de equipas interdepartamentais; formação para funcionárias/os publicas/os, etc.).
- **de gestão externa**, que tem como principal meio a produção de legislação (sobretudo a cargo do governo).
- **de activação de terceiros**, no que toca ao trabalho de sensibilização, ao desenvolvimento de programas de apoio e à criação de incentivos à sociedade civil organizada para que esta se envolva nas medidas avançadas no Plano (campanhas de sensibilização, apoio ao empreendedorismo, etc.).

Da análise detalhada das medidas (apresentada no Anexo 4), ressalta que muitas delas enfermam de problemas graves de concepção – ou porque se dirigem ao público-alvo errado, ou porque a entidade responsável pela execução não é a mais adequada, o que acontece com maior frequência. Por outro lado, é evidente a grande centralidade que os Planos Sectoriais para a Igualdade têm neste Plano para consubstanciar a estratégia de transversalização da perspectiva de género e a incapacidade que tem existido para os elaborar, devido a uma multiplicidade de factores analisados ao longo do estudo.

Em suma, a análise *ex ante* realizada faz sobressair a existência clara de um défice de planeamento, que tornou a tarefa da avaliação extremamente difícil. Sem objectivos claros e quantificados, é problemático apreciar os graus de eficiência e de eficácia e o impacto das medidas executadas. As medidas de **gestão interna** careceriam de maior definição, em termos de objectivos e de responsabilização. As medidas de **gestão externa**, em especial a produção **legislativa**, são mais fáceis de avaliar, uma vez que se traduzem num processo definido e delimitado, envolvendo um conjunto de instâncias com funções demarcadas. No que toca às medidas de **activação**

de terceiros, identificamos também um défice de objectivos quantificados, de metas temporais, de responsabilidades difusas e de públicos-alvo indefinidos.

Constatamos que bastantes medidas (metade das propostas na Área 1.) já constava no II PNI e mantêm os mesmos problemas de concepção já diagnosticados no estudo de avaliação sumativa realizado. A recorrência na inclusão de uma medida é um sinal de que não houve eficácia na execução do plano anterior. A baixa efectividade destas medidas, que assim vão passando de plano para plano, é devedora de uma reflexão aprofundada quer de analistas quer de *policy makers*, e não a sua mera iteração.

A aposta na produção de conhecimento relevante e respectiva difusão, em resultado de uma prática continuada de análise do impacto de género das políticas públicas, deveria ser uma componente essencial da boa governação. No III PNI ela é referida, mas de forma vaga e pouco normativa.

Para além disso, a análise detalhada do Plano, nomeadamente do modo como cada medida foi operacionalizada, tal como é exposta na parte destinada à identificação dos mecanismos de concretização, mostrou bastantes debilidades no desenho das medidas, uma vez que algumas enfermam de problemas de concepção – ou porque se dirigem ao público-alvo errado, ou porque a entidade responsável pela sua execução não é a mais adequada, ou porque os indicadores de processo e de resultados elencados enfermam de défice de validade e de fiabilidade.

Análise de desempenho global

Na fase da implementação das medidas, as debilidades identificadas tornaram-se em obstáculos difíceis de ultrapassar. Estes dados são importantes para enquadrar os valores relativamente modestos das taxas de execução a que chegámos, mesmo considerando a taxa bruta de execução em cada área e subárea. Metodologicamente optámos por desdobrar a análise da execução em 4 tipos de indicador: a) A **taxa absoluta** de execução pondera apenas as medidas consideradas totalmente executadas sobre o número total de medidas da subárea respectiva; b) a **taxa bruta** de execução soma, atribuindo-lhes igual peso, as medidas executadas, em progresso e parcialmente executadas, sobre o número total de medidas da subárea respectiva; c) a

taxa específica de execução pondera a soma das medidas executadas e das que conheceram algum tipo de execução, atribuindo a estas um peso de 50%, sobre o total de medidas da subárea respectiva; d) a **taxa bruta de não execução** traduz a percentagem de medidas sem execução reportada.

Esta especificação de vários indicadores para avaliar a execução baseia-se na preocupação de tornar os instrumentos de leitura do grau de eficácia mais fiáveis e sensíveis à complexidade da intervenção social, pois compreendemos que há sempre alguma discricionariedade no acto de julgar as medidas como executadas, ou não, sobretudo quando elas são consubstanciadas por actividades de natureza contínua e no plano não são indicadas metas que sirvam como referenciais de aferição. Os resultados mostram que as áreas com as menores taxas de execução em termos absolutos são as respeitantes à integração da perspectiva de género em todos os domínios de política e a integração da perspectiva de género nas relações internacionais e cooperação para o desenvolvimento, evidenciando o carácter incompleto e inacabado das intervenções nestes domínios. Com a taxa mais elevada, destaca-se a área 3, que é sobretudo devedora dos valores apurados para a subárea da educação para a cidadania.

Se considerarmos as medidas plenamente executadas conjuntamente com aquelas que conheceram algum tipo de execução, tendo tido execução parcial ou encontrando-se em progresso, obtemos a taxa de 72,9%. Se nos ativermos a esta, ficamos com a ideia de que a execução alcançada foi bastante boa e justifica a afirmação “fez-se muita coisa”. Daí que outros indicadores sejam imprescindíveis, do nosso ponto de vista, para avaliar a relevância relativa do que foi feito. Podem as realizações parecer muitas, mas serem poucas em termos relativos, não a qualquer referencial externo de exigência ou desejabilidade, mas sim e apenas ao que estava prometido/previsto no Plano. Assim, para além de afinar os indicadores quantitativos, tivemos a preocupação de avaliar a qualidade da execução.

As medidas de gestão do ambiente externo alcançaram um elevado nível de execução, através da actividade legislativa. Foram também produzidos alguns recursos de gestão interna importantes, como sejam o estatuto e os referenciais da figura das conselheiras e conselheiros para a igualdade na administração pública, mas esta

componente conheceu mais dificuldades de execução, tratando-se de reformar o Estado a partir de dentro. As medidas de activação de terceiros, apesar dos défices de formulação, e graças aos vultuosos recursos financeiros mobilizados para as políticas de igualdade, através do QREN/POPH, atingiram um elevado grau de execução, através do financiamento de centenas de projectos de que são promotoras dezenas não só de organizações da sociedade civil organizada, mas também de organismos públicos.

Principais conclusões por áreas estratégicas de intervenção

Apresentamos nesta parte do sumário executivo uma síntese das principais conclusões a que chegámos em cada área analisada como forma de conferir a legibilidade imprescindível aos valores quantitativos da execução mencionados.

Na **Área 1 - Perspectiva de Género em todos os domínios de política** enquanto requisito de boa governação – diagnosticámos um elevado grau de adequabilidade e um elevado grau de coerência das medidas nele previstas, no que toca à estratégia de *mainstreaming* da igualdade de género. Foi na regulação do ambiente externo, através da produção de legislação que a execução atingiu maior efectividade. O mais baixo nível de execução registou-se nas medidas que traduziriam uma maior internalização do princípio da igualdade nas práticas e no funcionamento da administração pública. Também a única medida de dinamização de terceiros incluída nesta área, que passava pela integração de módulos sobre igualdade nos estágios para advocacia, não foi executada. Tiveram algum tipo de execução 68,2% das medidas incluídas nesta área.

Dos pontos fortes desta área do Plano, ressaltámos a criação de uma plataforma integrada de informação e conhecimento na área da igualdade de género, ainda que o seu potencial corra o risco de ficar por realizar, dado o modo como a iniciativa está a ser concretizada. Dois marcos importantes da execução do III PNI são, sem dúvida, a definição estatutária das funções de conselheira/o para a igualdade nos Ministérios e outros organismos públicos e a criação do referencial para as de conselheira/o local para a igualdade de género. Por fim, merecem destaque a promoção de acções de formação/sensibilização em igualdade de género para vários agentes da Administração Central e Local, que constituem públicos-alvo estratégicos.

Mais uma vez neste estudo, porém, ressaltaram as resistências à estratégia de *mainstreaming* da igualdade de género, mas quer ao mais alto nível de responsabilidade política quer mesmo ao nível do pessoal técnico, estas resistências circunscrevem-se a algumas áreas da governação. Ainda que muito limitado, mas conjugado com outros, o indicador do investimento no carregamento de informação no Portal para a Igualdade, no menu destinado ao *mainstreaming*, permite-nos identificar os Ministérios que incluiríamos no grupo dos de menor investimento na igualdade: o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o Ministério da Saúde e o da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. De certo modo, em articulação com as resistências referidas, assinalamos também a dificuldade de encontrar pessoas com o perfil adequado à função de conselheira/o para a igualdade. Todavia, as resistências que nos foram reportadas ficam bastante aquém das registadas aquando do estudo de avaliação do Plano anterior, donde ressalta a maior abertura política e social à transversalidade da “igualdade de género”. Muitos dos processos, de facilitação ou de resistência, postos em evidência pela análise desta área acabam por corresponder ao fim e ao cabo, na sua essência, aos traços fundamentais da nossa cultura política, consensualmente apontados por analistas das diversas correntes teóricas, como sejam o défice de transparência e de prestação de contas.

A análise do processo de trabalho implementado nos últimos seis meses de vigência do III PNI conduziu-nos à conclusão de que há que rever a questão dos planos sectoriais, enquanto instrumento base da transversalização da perspectiva de género. A melhor maneira de, em nosso entender, consubstanciar esse objectivo é proceder à plena integração desta perspectiva em todos os planos em vigor em Portugal (ex. Plano Nacional de Saúde, Plano Tecnológico, entre outros). Na fase em que ainda se encontra o processo de *mainstreaming*, a formação é fundamental, em particular a das conselheiras e dos conselheiros para a igualdade. Faltou também na execução deste PNI coordenação por parte da CIG, alguém que se responsabilizasse e desencadeasse o processo de execução. O dispositivo dos grupos de trabalho mostrou ser uma opção equivocada, que tinha mostrado algumas virtualidades no acompanhamento do Plano, mas não na sua execução.

Em conclusão, relativamente à área 1 do PNI, pode dizer-se que a execução teria sido bastante mais eficaz se o estatuto das conselheiras tivesse sido mais prontamente definido, e não ao fim de um ano da entrada em vigor do Plano, se as conselheiras tivessem sido mais prontamente nomeadas e não ao final de um ano depois de o estatuto ter sido publicado e, por fim, se a coordenação do Ano Europeu da Igualdade para Todos, em 2007, não tivesse estado a cargo da CIG e, por fim, se 2009 não tivesse sido o ano de quase todas as eleições, o que significa o ano de quase todas as incertezas nos organismos públicos. Não tendo sido feita a avaliação da eficiência na execução do Plano, do ponto de vista da gestão do cronograma, podemos perceber, por este breve apontamento, que ela não terá sido satisfatória.

A apreciação genérica dos pontos fortes das medidas integrantes da subárea **2.1 - Educação, Investigação e Formação** destacou sobretudo os seus aspectos inovadores em relação ao Plano anterior. Em termos de execução observámos uma taxa bruta de 76,92%. De realçar a acção sobre a avaliação dos recursos pedagógicos, a publicação dos “Guiões sobre Género e Cidadania” para o ensino pré-escolar e para o terceiro ciclo do ensino básico, a produção legislativa, o trabalho com algumas escolas e a participação da CIG na definição dos referenciais de formação e na certificação da aptidão profissional de formador/a, no âmbito dos projectos aprovados pelo POPH.

Negativamente destacou-se a grande concentração de responsabilidades na CIG, a falta de coordenação entre os diferentes Planos e os respectivos mecanismos de acompanhamento, a falta de articulação entre o III PNI e outras iniciativas de âmbito nacional em curso, como a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) (2005-2015) e a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015); e ainda o centralismo das actividades desenvolvidas. Gostaríamos ainda de salientar a forte concentração de esforços sobretudo na escola e no ensino formal, deixando à margem outras entidades com responsabilidades na educação e formação, como sejam os Centros de Novas Oportunidades, que abrangem uma fatia considerável da população adulta.

Na área **2.2 - Independência Económica**, a esmagadora maioria das medidas eram de activação de terceiros, especialmente as destinadas à promoção do empreendedorismo e dos planos de igualdade nas empresas privadas. Estas medidas

foram realizadas em larga medida com a contribuição do financiamento do POPH. Consideramos decisivo que de futuro se defina como condição obrigatória de candidatura a apresentação de um plano de melhoria interna com enfoque nas questões da igualdade, por parte de todas as entidades financiadas. Isto de forma a que as intervenções preconizadas e materializadas sejam consistentes e coerentes. Verificou-se uma forte aposta na promoção do empreendedorismo feminino, através do financiamento de projectos disseminados pelo país, e na promoção de planos para a igualdade nas organizações, numa intensificação da articulação com as empresas e associações empresariais. De futuro, porém, é importante que se criem mecanismos mais eficazes de acompanhamento e monitorização da sua implementação, bem como do cumprimento dos princípios de bom governo nas empresas públicas. A intervenção da CITE como instância de acompanhamento destes processos pareceria estratégica, tendo em conta as suas funções. Também o desenvolvimento de dispositivos para a integração dos representantes sindicais no processo de criação e implementação dos PI é um aspecto a não descurar, como aconteceu agora. A importância das medidas de gestão interna dirigidas a entidades públicas com actuação nos domínios do trabalho e do emprego afigura-se da maior importância, até pela persistência de situações de discriminação neste domínio. Deve por isso manter-se e até intensificar-se o reforço de formação e de disponibilização de meios para a promoção da igualdade aos organismos do MTSS relevantes (ACT, IEFP, CITE). Parece vital fortalecer a articulação entre a CIG e a CITE, para uma actuação mais efectiva e consistente, dadas as competências da segunda neste domínio do trabalho e do emprego. Um aspecto que gostaríamos de destacar também é a falta de investimento em acções para o combate à segregação horizontal e vertical (medidas F, G e N), e ao assédio sexual e moral (medida S), o que deve ser acautelado em futuros Planos. Particularmente uma intervenção para as questões da disparidade salarial entre mulheres e homens deve merecer uma atenção mais sistemática, estruturada e abrangente, como reforçado pela Estratégia Europeia para a Igualdade (2010-2015). Apesar da taxa bruta de execução ter sido de 78,9%, bastantes actividades foram apenas parcialmente executadas ou ainda estão em progresso.

A área de intervenção **2.3 - Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal** registou um número pouco expressivo de iniciativas. A intervenção legislativa, através da alteração à protecção da parentalidade, é aquela que se destaca mais e que permite aferir de uma forma mais clara o impacto na vida dos/as cidadãos/ãs. Apesar de os dados revelarem mudanças muito lentas nas desigualdades de género neste domínio, o enquadramento legal é fundamental para uma efectiva mudança das práticas. No entanto, nesta área continua a ser evidente a orientação da protecção social do Estado para as transferências sociais em detrimento da construção de equipamentos e infra-estruturas de apoio. Se a aposta nos serviços de guarda de crianças tem sido uma constante com resultados notáveis, existem áreas como os cuidados da população idosa e das pessoas com deficiência em que a insuficiência de apoio público é, nalgumas regiões, dramática.

De um modo geral, as medidas que revelaram melhor nível de execução nesta área e concentraram um maior número de actividades foram as relacionadas com a divulgação e disseminação da informação. CIG e CITE desenvolveram um importante trabalho de edição de publicações, folhetos, participações em seminários, conferências e *workshops*. No entanto, tal como já foi referido na avaliação do II PNI, este tipo de intervenção carece de uma reflexão estratégica mais profunda e sistemática. É necessário identificar objectivos, metas, públicos, parcerias e indicadores de impacto que permitam avaliar os resultados dos esforços desenvolvidos. Sem a integração destas dimensões analíticas, as actividades de sensibilização e divulgação resultam ineficazes. Do ponto de vista das entidades responsáveis pela execução das medidas constata-se os mesmos problemas detectados na avaliação do II PNI. Em primeiro lugar, as dificuldades de articulação entre a CIG e a CITE, principais responsáveis nesta área. Em segundo lugar, as dificuldades dos restantes organismos, nomeadamente os Ministérios, em executar medidas que não estejam já incorporadas nas suas actividades correntes. Temos assim uma taxa bruta de execução de 100%, embora a taxa específica tenha ficado bastante aquém.

A área de intervenção **2.4 – Inclusão e Desenvolvimento Social** registou um reduzido número de actividades e/ou iniciativas, tendo todas conhecido execução em algum grau. A realização das medidas e os problemas detectados são diferenciados

consoante o objectivo em causa. Relativamente ao primeiro objectivo e às 3 medidas envolvidas (A, B e C), os níveis reduzidos de execução devem-se fundamentalmente a dois factores: em primeiro lugar, à existência de outros instrumentos de política que intervêm nesta matéria e que na ausência de articulação com o PNI, por um lado, não integram a dimensão de género nas acções desenvolvidas e, por outro lado, não disponibilizam informação que permita analisar as intervenções realizadas a partir deste ponto de vista. Em segundo lugar, a ausência da CIG e/ou da CITE da execução das medidas. A exclusiva atribuição de responsabilidades aos Ministérios (da Saúde – Medida C, mas sobretudo ao MTSS – Medidas A, B e C) levanta problemas imediatos na realização, já identificados para outros domínios. Técnicos/as e Conselheiras dão conta da dificuldade que é implementar actividades que não estejam previstas nos planos de acção dos respectivos organismos. Quanto às Medidas D a J sublinhamos a boa articulação institucional entre a CIG e os restantes organismos envolvidos na implementação das medidas - dinamismo do ACIDI e a relação frutuosa entre a CIG, o ME e o MAI.

Na área **2.5 – Saúde**, no geral, é nosso entendimento que esta área acabou por ficar aquém do que poderia ser expectável num PNI. Salientamos como positivo que, relativamente ao II PNI, a área da saúde seja agora entendida num sentido abrangente e não apenas confinada à saúde sexual e reprodutiva. Houve também uma preocupação com a definição dos objectivos, e com a promoção de estudos acerca das diferenças de atitudes entre homens e mulheres no que concerne à saúde. Contudo, a área da saúde é central na igualdade de género, pelo que deve haver um forte investimento em medidas concretas e mais eficazes.

Realçamos como limitações nesta área uma definição de medidas pouco ambiciosas e específicas, sem clara definição de públicos-alvo; uma fraca aposta na formação de profissionais de saúde em articulação com o MS; uma reduzida explicitação da forma de coordenação entre o PNI e o PNS. Apesar de poucas e pouco ambiciosas, as medidas nela incluídas não ultrapassaram a taxa bruta de execução de 71%.

Apesar das melhorias, Portugal continua a destacar-se pelas piores razões nesta matéria no cenário da UE, ocupando os lugares cimeiros de maternidade adolescente e

de casos de VIH/SIDA e mostrando atrasos significativos na educação sexual, na educação para a contraceção e no planeamento familiar. A aplicação das decisões em matéria de educação sexual nas escolas continua a ser premente. Ainda neste âmbito e numa lógica de conhecer o impacto das políticas públicas, seria de promover estudos sobre a realidade quantitativa e qualitativa do novo contexto legal da interrupção voluntária da gravidez.

A integração do domínio de intervenção **2.6 – Ambiente e Território** no Plano representa um elemento de relevo para a transversalidade da igualdade de género em todas as áreas de política. No entanto, a novidade das medidas e o carácter da sua formulação, por um lado, e a ausência de produção de conhecimento sobre as matérias em jogo, por outro, comprometeram a efectividade da execução do Plano nesta área 2.6, pela dificuldade de integração das entidades responsáveis. Destacamos positivamente a produção de informação e conhecimento, com a publicação pela CIG de informação sobre a relação entre género, ambiente e território e do “Guia para o *Mainstreaming* de Género no Ambiente e Território”. A importância da Administração Local neste domínio é um factor chave que se espera que os Planos Municipais para a Igualdade venham a consubstanciar. O aumento do número dos municípios com Conselheiras/os para a Igualdade é um bom indicador que se espera venha a ter impactos neste domínio. A publicação já em 2010 do quadro de referência para esta função pode ainda vir a ampliar esta tendência. Esta área foi uma das que conheceu uma taxa de execução bruta (66,7%) abaixo da média.

As medidas constantes neste III PNI na **2.7 – Área da actividade física e desporto** constituem um progresso relativamente às englobadas no Plano anterior, nomeadamente no que diz respeito à sua especificidade e definição de públicos-alvo concretos. Contudo, há vários aspectos que devem ser melhorados, se se quiser que o PNI tenha um verdadeiro impacto na introdução de uma componente de igualdade de oportunidades no desporto. De qualquer modo assinalámos como pontos fortes a definição de medidas específicas orientadas para públicos-alvo concretos e a preocupação de envolver os agentes desportivos. Para dar continuidade a uma política de igualdade nesta área será, no entanto, necessário orientar a intervenção para os domínios desportivos em que a discriminação tende a ser mais visível, nomeadamente

no desporto enquanto actividade laboral, e apostar fortemente na formação de dirigentes, pessoal técnico (treinadores/as de crianças e jovens nas várias modalidades) e pessoal docente da área da actividade física e desporto.

A partir dos dados por nós recolhidos relativos às 6 medidas previstas para a área **2.8 – Cultura**, constatamos uma taxa de execução praticamente nula que aponta para uma eficiência também praticamente nula no processo de gestão e implementação e dos mecanismos de execução previstos para a área (taxa bruta de execução de 16,7%). É importante voltar a sublinhar que o Ministério da Cultura nos devolveu em branco o pedido de respostas ao estado de execução das medidas previstas, sendo que apenas numa delas, para além do MC, estavam envolvidos conjuntamente a CIG e a PCM e outros ministérios. No geral, nesta área constatou-se o seguinte: - um muito baixo grau de realização das medidas; - uma forte desafeição das Conselheiras da Cultura face à sua missão nesta área do Plano; um entendimento limitado da cultura, com fraca ligação à que é produzida nos meios de comunicação social, nomeadamente os de serviço público; - uma forte dispersão e escassez de dados estatísticos desagregados por sexo que permitam caracterizar o sector cultural em termos de acesso, produção e fruição.

Este grau de execução não significa que não tivéssemos encontrado acções de outros ministérios e da CIG que, de modo transversal e indirecto, pudessem afectar a área da Cultura. No tratamento dos registos sobre ocorrências no âmbito do III PNI contabilizámos, de facto, algumas acções da CIG de incidência transversal.

Na sua concepção global, a área **3.1 – Estereótipos** repete muitas das acções já ensaiadas, fazendo sobrepor diversas medidas e sem clarificar o domínio conceptual das linguagens de produção de sentido. O problema da confusa mistura de linguagens como a publicidade, o jornalismo e o entretenimento e dos/as respectivos/as profissionais foi já identificado na avaliação do Plano anterior. Neste Plano, além disso, a junção, na mesma subárea, da questão da representação política e da paridade e da representação simbólica pela linguagem, contribui ainda mais para a confusão conceptual.

Na área dos estereótipos, o Plano esteve, portanto, afastado de uma realização plena. O número de informações vagas ou indisponíveis não permite traçar, com precisão, a eficiência e a eficácia da área, mas do conjunto dos diversos dados recolhidos fica clara a necessidade de maior investimento na clarificação das medidas e na sua exequibilidade para que estas se possam efectivar. Apenas 38,5% das medidas conheceram alguma execução, total ou parcial.

Na área **3.2 – Educação para a Cidadania**, se é certo que o trabalho desenvolvido no âmbito deste III PNI foi diverso e rico no que concerne às medidas relativas à educação para a cidadania, tentando ir ao encontro das múltiplas facetas da cidadania, é um facto que aspectos houve que foram menos acutelados. Destacamos a débil concertação de esforços entre as diferentes estratégias, de âmbito nacional (ex: Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento), de desenvolvimento/promoção da educação para a cidadania, que coexistiram com o III PNI durante os anos da sua vigência. Ainda a falta de monitorização da qualidade das iniciativas que são desenvolvidas no âmbito da promoção da cidadania, o que deverá ser motivo de preocupação, quer porque se trata de financiamento público (POPH/QREN), quer porque podem passar-se mensagens impregnadas de estereotípias e imprecisões.

Positivamente destacamos a diversidade de publicações por parte da CIG, de campanhas organizadas e divulgadas na Comunicação Social, e de outras iniciativas destinadas a públicos diversos (ex. participação em exposições); a articulação com outras organizações, e ao nível do Conselho Consultivo com outras Organizações não Governamentais, o que permitiu trazer para a discussão outras formas de discriminação. A taxa bruta de execução ficou-se nos 66,7%, um pouco abaixo da média global.

Na subárea **3.3 – Apoio às organizações da sociedade civil**, as acções que mais contribuíram para a realização das medidas foram as de apoio às ONG e outras associações que promovam a igualdade de género através do financiamento de projectos no âmbito do POPH. A eficácia desta acção, para além dos números de projectos e de entidades financiadas e seus montantes (números que são significativos), deve ser avaliada também pela forma como as entidades beneficiárias

as apreciam. Globalmente, são de destacar as fortes críticas ao sistema de gestão do Eixo 7, montado e disponibilizado pela CIG, e que sabemos estar em fase de revisão, com a mudança de coordenação do STI. As ONGM são particularmente críticas não só destas dificuldades de gestão técnico-financeira dos apoios prestados, mas também de alguns aspectos substantivos que nos parecem deverem merecer atenção, nomeadamente a desarticulação entre PNI e Eixo 7, a escassez de financiamentos específicos das ONGM e de formas específicas de apoio à sua capacidade organizativa e de intervenção, mais adequadas às suas características organizacionais (por exemplo, o apoio concedido às ONGM através do OE, via CIG).

Na ausência de nova legislação que defina e regule o estatuto das ONGM, e confrontadas com as alterações do modelo de funcionamento do Conselho Consultivo e da relação entre as ONGM e a CIG, surgem nas entrevistas realizadas vários sintomas de uma deterioração da relação institucional com este sector associativo. Recomenda-se por isso uma atenção especial à situação e intervenção para o *empowerment* das ONGM, capaz de refundar a relação entre o Estado português e as associações representativas das mulheres portuguesas, como recomenda o Relatório CEDAW de 2008. Isto, não obstante se considerar nesta avaliação como positivo o alargamento do leque de tecido associativo envolvido na/para a promoção da igualdade de mulheres e homens, intensamente investido no decurso deste Plano, através dos financiamentos do POPH. Estes financiamentos devem ser concebidos como uma oportunidade não só de financiar a intervenção das associações para o exterior, mas também como momentos de aprendizagem e mudança organizacional no sentido de práticas mais igualitárias de todas as ONG e entidades financiadas. A taxa bruta de execução foi de 83,3%.

Na área **4 - Violência de género**, consideramos que o empenho para eliminar a violência contra mulheres deve caminhar paralelamente com programas e políticas de fomentação da igualdade de género. Os PNI podem e devem ter aqui um papel fundamental ao abordar a violência de género globalmente considerada.

A área 4 não possibilita uma fácil avaliação. Um dos motivos prende-se com o facto de existirem Planos concretos para certas formas de violência, como é o caso do I PNCTSH e do III PNCVD. Os Planos, como instrumentos políticos, dão visibilidade a

algumas formas de violência o que, por um lado, permite um maior investimento no seu combate e abre caminho para uma maior sensibilização dos vários públicos para com esse tipo de violência, mas, por outro, pode contribuir, indirectamente, para que outras formas de violência, ainda que não menos graves, sejam uma aposta governativa menos significativa. Isto verifica-se a dois níveis: num menor investimento na execução de medidas relacionadas com violências outras que não têm um plano próprio; numa ausência de certas formas de violência - violação e o abuso sexual, p.ex. Não é por acaso que a grande maioria das pessoas entrevistadas se referia sistematicamente a acções realizadas no âmbito do III PNCVD para indicar actividades no âmbito da violência de género. Como consequência, várias iniciativas são imputadas a esses Planos e a esses tipos específicos de violência, sendo a violência de género em geral alvo de um menor investimento.

Parece-nos, pois, fundamental, e na esteira de algumas opiniões, que o PNI assumira uma postura de maior pro-actividade na coordenação dos diferentes Planos no que respeita especificamente às questões de género na violência. Se este nos parece que era o intuito inicial desta área no PNI, na prática constatamos que tal objectivo não foi totalmente alcançado. Acresce a esta dificuldade o facto de, como anteriormente referimos, ser fracamente insuficiente a informação cedida sobre as actividades indicadas como realizadas ao abrigo da área 4. Não obstante estas dificuldades, o cálculo da taxa bruta de execução apontou para uma percentagem de 85,7%, valor coincidente ao da auto-avaliação da CIG. Refira-se, ainda, que as iniciativas que nos foram indicadas nos parecem demasiado dispersas e pouco articuladas naquilo que deveria ser uma estratégia de combate à violência de género. Exemplo disso é o não envolvimento dos ministérios referidos como entidades executoras. De qualquer modo, assinalamos como positivo o facto de a área da violência de género surgir como independente no PNI, não se limitar à violência doméstica e incluir uma medida que procura aumentar a acessibilidade ao direito por parte das vítimas. Para evitar as insuficiências apontadas, incluímos um vasto leque de recomendações que partem do ponto de vista de que é necessário aumentar o conhecimento nesta área.

Relativamente à **Área 5 – Perspectiva de Género na União Europeia, no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento**, constatámos uma taxa bruta de execução de 66,7%. Esta área destaca-se, apesar de esta taxa se situar abaixo da média global, por apresentar uma taxa absoluta de não-execução de 0%, o que significa que todas as medidas nela incluídas tiveram alguma execução, global ou parcial, reportada. O primeiro valor denota, por um lado, uma eficiência moderada do processo de gestão e implementação e dos mecanismos de execução previstos para a subárea, e, por outro lado, uma eficácia razoável em termos do cumprimento dos seus pressupostos. O segundo indicador sublinha a falta de eficiência ao nível da realização temporal das medidas, já que nenhuma medida foi concluída no horizonte temporal do PNI, muito embora todas elas tenham conhecido algum desenvolvimento.

Destacamos o dinamismo e motivação das conselheiras e da equipa interministerial do MNE (particularmente no último ano de execução do PNI), a relevância da realização de uma acção de formação em igualdade de género para Adidos/as da carreira diplomática e a adequação da organização e estruturação da “área internacional” do Portal para a Igualdade. Negativamente, salientamos a justaposição dos conteúdos de duas das subáreas, o que gerou redundância ao nível da implementação das acções, o investimento muito reduzido em intervenções consistentes e relevantes na generalidade dos casos e a concentração das iniciativas no último ano de vigência do PNI (fomentada pelo envolvimento tardio na implementação das medidas por parte do MNE).

A partir dos dados por nós recolhidos relativos às 10 medidas previstas para a área da perspectiva de género na **Cooperação para o Desenvolvimento (5.3)**, aduzimos níveis de execução genericamente modestos. Se entrarmos em linha de conta, no entanto, com as medidas parcialmente executadas ou em progresso, obtemos uma taxa bruta de execução muito favorável - 90%. Não parece ter havido uma acção de fundo, relevante e consistente, no sentido de responder à generalidade das medidas do PNI para esta subárea. A actuação por parte do organismo que é responsável ou co-responsável pela execução da maior parte das medidas é sobretudo reactiva. Os elementos que nos são reportados relativamente à execução de muitas das medidas resultam da agregação de informação sobre o que na actividade corrente

do IPAD pode ser capitalizado como resposta aos respectivos indicadores, sem que as acções tenham uma ligação directa ao PNI. Mas a existência do plano, mesmo não produzindo uma acção estruturada e consistente, teve o efeito de alertar as entidades para estas questões e de tornar visível algum trabalho que já vem sendo feito neste domínio, e que parece ter sido intensificado já nos últimos meses de vigência do III PNI, com o retomar do trabalho de elaboração da estratégia de cooperação para a igualdade de género, no âmbito do fórum da cooperação.

A sondagem de opinião realizada, e cujos resultados são objecto de comentário e análise ao longo do estudo, veio mostrar que há um progresso, ainda que lento e pouco expressivo da opinião pública relativamente às questões da igualdade de mulheres e homens. Registamos uma maior abertura da registada no início da vigência do III PNI, o que não podendo considerá-la como sendo um efeito das suas medidas, também não podemos descartar a hipótese de que estas produzam algum impacto. São pois encorajadores os sinais que encontramos, mas por outro lado também nos dizem que é preciso continuar a investir nas políticas de igualdade no sentido de as aproximar das pessoas, de transformar as suas práticas do dia-a-dia, para que no final da vigência do próximo PNI, que aconselhamos que seja de cinco anos, a percentagem de pessoas que aponta correctamente o significado da expressão “igualdade de género” vá além dos 45% ou que a que já ouviu falar da CIG e diz saber o que é vá além dos 18,2% (quase a mesma percentagem de pessoas que diz conhecer a CITE – 16,4%, apesar de a nossa amostra ser constituída apenas por pessoas economicamente activas). É, pois, necessário continuar a desenvolver estratégias de promoção da igualdade. Para maior visibilização do nosso contributo nesse sentido, congregámos no sétimo e último capítulo do presente relatório de quase quinhentas páginas, todas as recomendações que fomos fazendo ao longo dos vários capítulos. Replicando, ainda, a estrutura do III PNI, apresentamos um conjunto de quase duas centenas de recomendações que pensamos, no entanto, não deverem ser todas incluídas no próximo Plano. Deverão ser depuradas em função das prioridades que cabe ao poder político estabelecer. Em nossa opinião, no entanto, há que continuar a aprofundar a estratégia de transversalização da perspectiva de “género” em todas as políticas

públicas, ao mesmo tempo que se desenham medidas específicas de combate às desigualdades nos terrenos em que elas se produzem (o acesso à igualdade de recursos é fundamental) e se reproduzem (através de imagens e representações).

Tendo em vista a superação dos desafios que configuram o modelo mais integrado de política de “igualdade de género” que julgamos adequado às actuais necessidades, permitimo-nos deixar muitas propostas a chamarem por consideração, negociação, priorização, planificação, responsabilização e alocação de recursos.

ANEXO I - Técnicas e fontes de produção de informação primárias

No Anexo 1 do Relatório Final apresentam-se os guiões dos protocolos de observação que se esquematizam de seguida:

INSTRUMENTOS	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
Inquéritos a grupos-alvo específicos	1. Sondagem de opinião à população residente activa. Adoptado procedimento de amostragem por quotas, de acordo com: sexo, idade (< 25, 25-39, 40-54, 55-65 anos), escolaridade e situação perante a actividade económica.	603 Respondentes
	2. Inquérito online a entidades envolvidas em projectos POPH na área da igualdade de género Convites enviados: 263	110 Respondentes
Entrevistas focalizadas de grupo	1. Conselheiras para a Igualdade	15 Participantes de 10 Ministérios (MAI, MDN, ME, MFAP, MJ, MNE, PCM, MAOT, MOPTC, MAORP)
	2. Formadores/as em Igualdade de Oportunidades	5 Participantes
	3. Profissionais da área da Saúde	10 Participantes
	4. Dirigentes de ONG que participam nos grupos de trabalho do III PNI	10 Participantes de 8 ONG (AMONET, ANJAF, APF, GRAAL OIKOS, OPUS GAY MULHERES SÉCULO XXI e ANIMAR)
	5. Professores/as	8 Participantes
	6. Dirigentes de ONG do CC da CIG/CIDM	11 Participantes de 8 entidades (APMD, APEM, APME, APMJ, CGTP-IN, CNOD, MDM, UMAR)
Entrevistas individuais a	1. Conselheiras/os Ministeriais para a Igualdade	Realizadas entrevistas em 13 Ministérios (MOPTC, MADRP, ME,

grupos-alvo específicos	MAOTDR, MJ, MAI, MEI, MTSS, MNE, MC, MAP, MS, MCTES).
2. Técnicas da CIG e da CITE	Realizadas 6 entrevistas na CIG e 4 na CITE
3. Policy-makers	3 Entrevistas
4. Dirigentes sindicais	Realizada entrevista com Sindicato dos Corticeiros do Norte e com SITAVA, Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos
6. ONG	Realizadas 2 entrevistas presenciais e 4 telefónicas
7. Representantes de entidades promotoras de acções de apoio ao empreendedorismo feminino	Realizadas 4 entrevistas telefónicas
8. Agentes de cooperação	Realizadas entrevistas telefónicas com 4 ONGD com projectos de cooperação para o desenvolvimento e 2 com agentes de cooperação do IPAD
9. Homens e mulheres com profissões estereotipadamente identificadas com o sexo oposto sobre campanha “Mulheres fazem a democracia melhor”	60 Entrevistas presenciais realizadas por estudantes da Licenciatura em Sociologia (unidade curricular Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica - Fac. Economia da Univ. Coimbra)
10. Publicitários/as	2 Entrevistas
11. Jornalistas	5 Entrevistas
12. Subcomissão de Igualdade da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	2 Entrevistas telefónicas
13. Conselheiras Locais para a Igualdade	6 Entrevistas telefónicas
Entrevistas individuais	
Presidente e Vice-Presidente da CIG	2 Entrevistas
Presidente da CITE	1 Entrevista
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1 Entrevista
Responsável pela formação no INA	2 Participantes
Instituto do Desporto de Portugal (IDP)	1 Entrevista
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)	1 Entrevista
Associação Nacional de Municípios	1 Entrevista

ANEXO II - Estrutura do Relatório Final

Para a produção deste Relatório optou-se por uma estrutura de texto que seguisse os princípios adoptados na avaliação: realização de uma análise simultaneamente transversal e específica; cruzamento de fontes múltiplas de informação. A falta de informação relativamente aos indicadores de processo e resultados fez com que a sua análise não fosse feita de modo sistemático, mas apenas nos casos em que estavam disponíveis. Deste modo, partindo dos princípios metodológicos acima enunciados, os capítulos seguem o seguinte esquema analítico:

- Avaliação *ex ante*
- Análise de desempenho
- Conclusões – aspectos positivos e fragilidades
- Recomendações

Para maior facilidade de seguimento e exposição, a estrutura da apresentação dos resultados do estudo de avaliação realizado assemelha-se à estrutura do documento oficial. Assim, começamos com uma breve contextualização a análise global do II PNI, para depois seguir um esquema em capítulos que se estruturam a partir das grandes áreas de intervenção do Plano:

CAPÍTULO 1 – Contextualização e Análise Global do III PNI

CAPÍTULO 2 – Estratégia de *Mainstreaming* da Igualdade de Género – Impasses e Desenvolvimentos

CAPÍTULO 3 – Perspectiva de género em domínios prioritários de política

- 3.1 – Educação, Investigação e Formação
- 3.2 – Independência Económica
- 3.3 – Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
- 3.4 – Inclusão e Desenvolvimento Social
- 3.5 – Saúde
- 3.6 – Ambiente e Território
- 3.7 – Actividade Física e Desporto
- 3.8 – Cultura

CAPÍTULO 4 – Cidadania e Género

4.1 – Estereótipos

4.2 – Educação para a Cidadania

4.3 – Apoio às Organizações Não Governamentais (ONG)

CAPÍTULO 5 – Combate à Violência de Género

5.1 – Violência de Género

CAPÍTULO 6 – Perspectiva de Género nas Relações Internacionais e na Cooperação para o Desenvolvimento

5.1 – Relações Internacionais

5.2 – Cooperação para o Desenvolvimento

CAPÍTULO 7 – Recomendações

No volume de Anexos ao Relatório incluem-se os guiões de protocolos de observação e outros documentos complementares e de suporte elaborados pela equipa de avaliação:

ANEXO 1 - GUIÕES DOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

ANEXO 1.1 – Sondagem de Opinião

ANEXO 1.2 – Inquérito às organizações/entidades com projectos POPH

ANEXO 1.3 – Entrevistas a grupos-alvo específicos

ANEXO 1.4 – Entrevistas focalizadas a painéis de especialistas

ANEXO 2 – LISTA DE ENTREVISTAS

ANEXO 3 – RESULTADOS DOS INQUÉRITOS

ANEXO 3.1 – Sondagem de opinião

ANEXO 3.2 – Inquérito às organizações/entidades com projectos POPH

ANEXO 4 - ANÁLISE *EX ANTE* MEDIDA A MEDIDA

ANEXO 5 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO MEDIDA A MEDIDA